

CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



#### **UNIDADE GESTORA: SAMAE**

# NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2024.

# 1. INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1.1. Natureza Jurídica da Entidade e Domicílio

Município: Nova Trento	Estado: Santa Cata	rina	<b>CNPJ:</b> 95.785.267/0001-48		
Endereço: RUA DOS IMIGRANTES, 356. Bairro Centro		<b>CEP:</b> 88.270-000	<b>Telefone</b> (48) 3267-0380		
		Populaça 13.727	u <mark>lação:</mark> 727 Habitantes		
E-mail: samae@novatrento.sc.gov.br		Endereço Eletrônico: www,samaenovatrento.com.br			
Prefeito em 2024: Tiago Dalsasso		Vice-Prefeito em 2024: Moacir Tadeu Dalla Brida			
		Contado Carlos H	ontador: arlos Henrique Piazza		
	·		·	·	

#### Breve História do Município:

No período de 1834 e 1838, a região do Vale do Rio Tijucas foi ocupada por norte-americanos, com a intenção de explorar a madeira abundante do local.

A partir de 1875, começaram a chegar os primeiros grupos de imigrantes trentino-italianos, deixando para trás um período de crise, fome, miséria e desesperança, na qual a Europa passava. O momento coincidiu com a vontade governamental brasileira de povoar as terras localizadas ao sul. Aliciados pelas companhias de imigração, os imigrantes aportaram no Brasil com a promessa de encontrar uma terra "onde se plantando tudo dá", rios e riachos em abundância, moradia e trabalho remunerado.

Do porto de Itajaí, os imigrantes foram deslocados para regiões de mata virgem, sem boas condições de comunicação. Os primeiros imigrantes, cerca de 20 famílias originárias da Valsugana, no Alto Vale do Brenta, no Trentino e de Monza, se estabeleceram a 16 quilômetros da atual Nova Trento. Abriu-se uma picada na linha Pomerânica (por Brusque), até a linha Tirol, e nos lotes marginais foram estabelecendo as famílias. Ao invés de terrenos limpos, mata fechada, insetos, animais que desconheciam e os índios (os bugres), os primeiros habitantes desta localidade.

Em 1876, famílias inteiras estavam estabelecidas nas colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro. A emigração intensificou-se nos anos seguintes, inclusive com a vinda de alemães, poloneses e outros povos europeus. Até 1880, estima-se que 11 mil pessoas tenham sido instaladas na colônia.

Em 18 de março de 1881, o Decreto nº 8455 emancipou as colônias da região, inclusive aquela a



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



que Nova Trento pertencia. Em dois de janeiro de 1884 foi criado o Distrito Policial de Nova Trento. Em quatro de abril de 1884, o Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa, presidente da Província de Santa Catarina, sancionou a Lei nº 1074, criando a freguesia e o Distrito de Paz de Nova Trento.

Em oito de agosto de 1892, através da Lei Provincial promulgada pelo presidente da província, Tenente Joaquim Machado, Nova Trento tornou-se município. Em 21 de dezembro de 1892, foi criado o Conselho Municipal para dirigir o município até as suas primeiras eleições, que ocorreram somente em 1894 com o voto indireto, elegendo Henrique Boiteux, primeiro prefeito.

#### Base Econômica do Município:

Turismo religioso para visita ao Santuário Santa Paulina;

Turismo rural para visita às belezas naturais;

Turismo gastronômico para saborear a culinária italiana;

Agronegócio, especialmente com a produção de uva, vinhos, sucos, queijos e embutidos;

Indústria moveleira, de calçados e tecidos.

#### **Estrutura Organizacional:**

- 1. Departamento de Administração, Contabilidade e Finanças
- 2. Departamento Comercial
- 3. Departamento de Operações

A **Unidade Gestora SAMAE** do Município de Nova Trento, instituído pela Lei Municipal n° 1136, de 04 de julho de 1991, compete:

- I Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas em Engenharia Sanitária, as obras relativas a construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários, que não forem objetos de convênios entre a Prefeitura e os Órgãos Federais e Estaduais específicos.
- II Atuar como órgão coordenador e fiscalizador da execução de convênios firmados entre o Município e órgãos Federais ou Estaduais para estudos, projetos e obras de serviços públicos de água e esgoto sanitário.
- III Administrar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e esgoto sanitário.
- IV Lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas e taxas dos serviços de água e esgoto e ainda taxas de contribuições que incidirem sobre terrenos beneficiados com tais serviços.
- V Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com sistemas públicos de água e esgoto.

# 1.2. Legislação observada pelo SAMAE



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



No registro contábil da execução dos atos administrativos deve observar, basicamente, o disposto nas seguintes normas constitucionais e legais:

- 1. Constituição Federal do Brasil de 1988;
- 2. Lei (federal) nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal;
- 3. Lei Complementar (federal) nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- 4. Lei (federal) nº 14.133/2021, que estatui normas para licitações e contratos;
- 5. Portaria Conjunta STN/SOF nº 117/2021, que aprovou a Parte I Procedimentos Contábeis Orçamentários da 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP;
- 6. Portaria STN nº 1131/2021, que aprovou as Partes II Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III Procedimentos Contábeis Específicos, IV Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP.
- 7. Lei Complementar (Estadual) nº 202/2000, que instituiu a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 8. Portarias, Resoluções, Instruções Normativas e Decisões Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 9. Lei Municipal nº 1136 de 04 de julho de 1991 que instituiu a Autarquia: Serviço Municipal de Água e Esgoto;
- 10. Lei Municipal nº 2.806/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025;
- 11. Lei Municipal nº 2945/2023, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024;
- 12. Lei Municipal nº 2952/2023, que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2024.

A partir da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Administração Pública brasileira vem passando pelo importante processo de convergência às Normas



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



Internacionais de Contabilidade, cujo marco foi a publicação da Portaria nº 184/2008 do Ministério da Fazenda.

Nessa direção, a STN e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina vem editando normas, manuais e instruções de procedimentos contábeis, em consonância com as orientações da *International Federation of Acconuntants – IFAC* e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicada ao setor público, para consolidação desse processo de convergência.

Apesar das dificuldades administrativas, o Município vem empreendendo um elevado esforço no sentido de realizar os procedimentos necessários à convergência às novas normas contábeis, observando, na medida do possível, os prazos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O esforço até agora empreendido, permitiu implementar procedimentos contábeis patrimoniais, ainda que necessite de aperfeiçoamentos, dos quais destacamos:

- 1. Reconhecimento contábil de obrigações com fornecedores em observância ao princípio da competência;
  - 2. Reconhecimento contábil das receitas sob o enfoque patrimonial;
- 3. Reconhecimento contábil dos créditos da fazenda pública pelo seu valor atualizado com os encargos moratórios, quando informado pelo Departamento Tributário que ainda encontra dificuldades para prestar esta informação;
- 4. Reconhecimento contábil das provisões para férias e 13º salário, mas que ainda está a exigir uma melhor configuração e integração entre os sistemas de contabilidade e de recursos humanos:
- 5. Registro contábil da avaliação ao valor justo dos bens móveis, assim como registro da depreciação mensal, mas, dependendo ainda da avaliação dos bens imóveis para o devido registro contábil;
- 6. Reconhecimento contábil dos débitos da fazenda pública, apresentados através dos precatórios, bem como sua atualização;
- 7. Registro contábil da provisão para perdas de créditos da fazenda pública, calculado na forma orientada pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público;

Alguns procedimentos ainda não foram, até a presenta data, concluídos, haja vista que dependem do trabalho de inventário, reconhecimento e mensuração, de ajustes ou integração de sistemas para que os dados sejam gerados com segurança para subsidiar o registro contábil, com destaque para os seguintes fatos:



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



- 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação em tempo real dos créditos da fazenda pública inscritos em dívida ativa;
- 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens imóveis pelo seu valor real e respectivas depreciações no que couber;
- 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência e decorrentes de benefícios empregatícios como: férias, 13º salário e licença prêmio;
- 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens depositados em almoxarifado.

#### 1.3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

- 1. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, que dispõem sobre aspectos contábeis específicos da gestão governamental;
- 2. Lei (federal) nº 4320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 3. Lei Complementar (federal) nº 101, de 04 de maio de 2000 Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- 4. Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre as regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas, sob a mesma base conceitual;
- 5. Portaria Conjunta STN/SOF nº 117/2021, que aprova a Parte I Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO) da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- 6. Portaria STN nº 1131/2021, que aprovou as Partes II Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III Procedimentos Contábeis Específicos, IV Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP;
- 7. Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



da Federação com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual;

8. Decreto Federal n° 10540, de 05 de novembro de 2020, que dispões sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público são aquelas previstas na Lei (federal) nº 4.320/64 e listadas abaixo:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Abaixo registramos as notas explicativas com informações que julgamos relevantes para facilitar a compreensão dessas demonstrações contábeis:

#### 2. NOTAS EXPLICATIVAS DOS BALANÇOS

# 2.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita arrecadada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação em relação à previsão. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício em decorrência da abertura de créditos adicionais, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação, denominada economia orçamentária.

# **2.1.1. Execução do Orçamento da Receita:** O quadro abaixo mostra de forma resumida o resultado da execução do orçamento da receita no exercício de 2024 da Unidade Gestora SAMAE:

Receita Orçamentária	Prevista	Arrecadada	Saldo
Receitas Correntes	2.888.000,00	3.616.015,61	728.015,61
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total	2.888.000,00	3.616.015,61	728.015,61



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



Como se pode observar, a meta de arrecadação para o exercício de 2024 foi alcançada se situando acima da previsão em R\$ 728.015,61.

**2.1.2. Execução do Orçamento da Despesa:** O quadro abaixo mostra de forma resumida o resultado da execução do orçamento da despesa no exercício de 2024:

Despesa Orçamentária	Fixada	Realizada	Saldo
Despesas Correntes	3.426.829,28	2.924.025,28	502.804,00
Despesas de Capital	192.502,70	163.435,60	29.067,10
Total	3.619.331,98	3.087.460,88	531.871,10

A despesa fixada resulta da soma da dotação inicial (R\$ 2.888.000,00) aprovada na lei orçamentária para 2024, mais os créditos adicionais abertos durante o exercício por conta de recursos oriundos do excesso de arrecadação em fontes de recursos, superávit financeiro em fontes de recursos apurado no balanço do exercício de 2023 e transferências financeiras realizadas pela Unidade Gestora Prefeitura.

Como se pode observar, a meta de despesa para o exercício de 2024 foi alcançada, ficando abaixo da despesa fixada na Lei Orçamentária para 2024 e créditos adicionais, proporcionando uma economia orçamentária de R\$ 531.871,10.

Essa economia orçamentária decorre, basicamente da não realização das despesas financiadas com recursos oriundos do superávit financeiro usados para abertura de créditos adicionais suplementares.

#### 2.1.3. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada no exercício, evidenciando um superávit orçamentário e assim preservando o equilíbrio de caixa exigido na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme abaixo:

Especificação	Valor	%
Receita Arrecadada	3.616.015,61	117,12
Despesa Realizada	3.087.460,88	100,00
Superávit Orçamentário	528.554,73	17,12

#### 2.1.4. Execução dos Restos a Pagar no Exercício

Restos a pagar são despesas regularmente empenhadas, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

O quadro abaixo mostra de forma resumida, a execução em 2024 dos restos a pagar vindos de exercícios anteriores:

Categoria Econômica	Inscritos em Exercícios Anteriores (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (f=a-c-d)
Despesas Correntes	152.629,31	147.145,61	147.058,38	5.483,70	87,23
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	152.629,31	147.145,61	147.058,38	5.483,70	87,23

Como se pode observar, a Unidade Gestora SAMAE em 2024 liquidou, pagou e cancelou a maior parte dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, restando um saldo de apenas R\$ 87,23.

#### 2.1.5. QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

# 1) Quociente da Execução da Receita:

Receita Arrecadada = 3.616.015,61 1,2520
Receita Prevista = 2.888.000,00

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Arrecadada	3.616.015,61	125,20
Receita Prevista	2.888.000,00	100,00
Superávit	728.015,61	25,20

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de receita prevista foi arrecadado 1,2520, proporcionando um déficit de arrecadação de 0,2520.

#### 2) Quociente da Execução da Despesa:

<u>Despesa Realizada =</u> 3.087.460,88 **0,8530** <u>Despesa Fixada =</u> 3.619.331,98

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Despesa Realizada	3.087.460,88	85,30
Despesa Fixada	3.619.331,98	100,00



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



Economia Orçamentária	531.871,10	14,70
-----------------------	------------	-------

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa fixada foi realizado 0,8530 proporcionando uma economia orçamentária de 0,1470.

#### 3) Quociente do Resultado Orçamentário:

<u>Receita Arrecadada = 3.616.015,61 **1,1719**</u>

**Despesa Realizada =** 3.087.460,88

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Arrecadada	3.616.015,61	117,19
Despesa Realizada (*)	3.087.460,88	100,00
Superávit Orçamentário	528.554,73	17,19

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa realizada foi arrecadado 1,1719 de receita, evidenciando um déficit de execução orçamentária de 0,1719.

#### 2.2. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários e as transferências financeiras concedidas e recebidas, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

#### 2.2.1. Fontes/Destinação de Recursos

As receitas e as despesas orçamentárias devem ser classificadas por fontes/destinações com o objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos.

Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de fonte/destinação de recursos exerce um duplo papel no processo orçamentário.

Para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas.

Para a despesa orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a origem dos recursos que estão sendo utilizados.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



Assim, o mesmo código utilizado para controle das destinações da receita orçamentária também é utilizado na despesa, para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.

Desta forma, este mecanismo contribui para o atendimento do parágrafo único do art. 8º da LRF e o art. 50, inciso I da mesma Lei:

Art. 8° [...]

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso."

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

 I – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

Nesse sentido, a classificação por fonte/destinação de recursos identifica se os recursos são vinculados ou não e, no caso dos vinculados, pode indicar a sua finalidade.

A destinação pode ser classificada em:

- a) Destinação Vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma;
  - **b) Destinação Ordinária**: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Quanto à destinação dos recursos arrecadados em 2024 na Unidade Gestora SAMAE o Balanço Financeiro evidencia:

Recursos	Receita	Despesa	Resultado Orçamentário
Ordinários	0,00	0,00	0,00
Vinculados	3.616.015,61	3.087.460,88	528.554,73
TOTAL	3.616.015,61	3.087.460,88	528.554,73

#### 2.2.2. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

As Transferências Financeiras refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. No exercício de



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



2023 a Unidade Gestora Prefeitura transferiu recursos financeiros no valor de R\$ 0,00 a Unidade Gestora SAMAE, conforme abaixo demonstrado.

Transferência Financeira Recebida	Valor	Transferência Financeira Concedida	Valor
Da Prefeitura	0,00	Á Prefeitura	0,00
		Transferência Líquida Recebida	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

#### 2.2.3. Retenções Tributárias

As retenções tributárias realizadas nos créditos dos fornecedores, tais como Imposto sobre Serviços – ISS e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, são consideradas como pagas apenas no momento da saída dos recursos financeiros a quem de direito, razão pela qual fica dispensado o ajuste no saldo em espécie para o exercício seguinte.

#### 2.2.4. Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Os recebimentos extraorçamentários compreendem os ingressos não previstos no orçamento, que pertencem a terceiros, tais como: fianças, cauções, inscrição de restos a pagar, descontos em folhas de INSS, IRRF, pensão, empréstimos consignados. No exercício de 2024 ingressou R\$ 409.221,87 a título dessas contas.

Os pagamentos extraorçamentários compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, tais como: devolução a quem de direito, as fianças, cauções, pensões, empréstimos consignados, INSS, IRRF e pagamento de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores. No exercício de 2024 foi despendido R\$ 398.536,84 a título dessas contas, restando um saldo para pagamento em 2025 a quem de direito de R\$ 10.685,03.

#### 2.2.5. Restos a Pagar

No exercício de 2024 a Unidade Gestora SAMAE empenhou despesas no valor de R\$ 188.111,76 que não foram pagas, inscritas, portanto, em contas de Restos a Pagar não processados R\$ 186.537,76 e em contas de Restos a Pagar Processados R\$ 1.574,00 conforme registrado no grupo "Recebimentos Extraorçamentários".

O quadro abaixo mostra a execução dos Restos a Pagar no exercício de 2024:

	Inscritos em	Inscritos no	_		Saldo (f=	a+b-c-d)
Especificação	Exercícios Anteriores (a)	Exercício Vigente (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Processado	Não Processado
Restos a Pagar	152.629,31	188.111,76	147.058,38	5.483,70	1.661,23	186.537,76



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



SALDO DE RESTOS A PAGAR	188.198,99
-------------------------	------------

#### 2.2.6. Saldos em Espécie

O Balanço Financeiro evidencia o saldo em espécie vindo do exercício de 2023 e o saldo em espécie que passa para o exercício de 2025.

O confronto entre os dois indica o resultado financeiro do exercício, que não deve ser confundido com o Superávit ou Déficit Financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial no confronto entre o Ativo e o Passivo Financeiro.

Componente	Valor
(+) Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	2.034.144,80
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	1.494.905,04
(=) Resultado Financeiro do Exercício	539.239,76

#### 2.2.7. Quocientes do Balanço Financeiro

#### 1) Quociente da Execução Extraorçamentária:

Receita extraorçamentária = 409.221,87 1,0268

Despesa extraorçamentária = 398.536,84

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Extraorçamentária	409.221,87	102,68
Despesa Extraorçamentária	398.536,84	100,00
Superávit	10.685,03	2,68

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa extraorçamentária foi recebido 1,0268 de receita extraorçamentária proporcionando um déficit de recursos extraorçamentários no exercício de 0,0268.

#### 2) Quociente do Resultado da Execução Financeira

<u>Receita Total</u> = <u>4.025.237,48</u> 1,1546 Despesa Total = 3.485.997,72

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Total	4.025.237,48	115,46
Despesa Total	3.485.997,72	100,00
Superávit	539.239,76	15,46



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa total foi arrecadado 1,1546 proporcionando um superávit na execução financeira de 0,1546.

#### 3) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

Saldo para o Exercício Seguinte = 2.034.144,80 1,3607 Saldo do Exercício Anterior = 1.494.905,04

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Saldo para o Exercício Seguinte	2.034.144,80	136,07
Saldo do Exercício Anterior	1.494.905,04	100,00
Superávit	539.239,76	36,07

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de saldo do exercício anterior está passando 1,3607 para o exercício seguinte proporcionando um déficit no exercício de 0,3607.

#### 2.3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

**Ativo Circulante -** Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios: estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

**Passivo Circulante –** Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

A seguir serão demonstrados os saldos dos grupos contábeis no Balanço Patrimonial.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



#### 2.3.1. Ativo Circulante

Compreende os ativos disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Componente	Valor
Ativo Financeiro	2.034.144,80
Ativo Permanente	2.337.848,89
SOMA DO ATIVO CIRCULANTE	4.371.993,69

#### 2.3.1.1 Ativo Financeiro

#### a) Caixa e Equivalente de Caixa

As disponibilidades de caixa da Unidade Gestora SAMAE são compostas por valores registrados em caixa, conta corrente bancária e em aplicações financeiras de baixo risco.

Os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras são mensurados pelo valor original, não havendo necessidade de tradução de moeda estrangeira pela ausência de transações em outras moedas e foram conciliados com os extratos bancários.

O saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do Balanço da Unidade Gestora SAMAE apresenta a seguinte distribuição:

Componente	Valor
Caixa	0,00
Bancos	2.034.144,80
Aplicações Financeiras	0,00
SOMA	2.034.144,80

#### 2.3.1.2. Ativo Permanente

Os saldos registrados nesse grupo de ativo circulante compreendem os valores a receber por créditos tributários, fornecimento de bens, serviços, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos com previsão de realização em até doze meses da data das demonstrações contábeis, conforme demonstração abaixo:

Máscara	Conta	Saldo
1.1.2.0.0.00	Créditos a Curto Prazo	
1.1.2.1.1.00	- Créditos Tributários a Receber	0



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



1.1.3.0.0.00	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	
1.1.3.1.0.00	- Adiantamentos Concedidos	0
1.1.3.2.2.00	- Tributos a Recuperar/Compensar Intra	103,00
1.1.3.2.3.00	Tributos a Recuperar/Compensar – Inter União	19,20
1.1.3.8.0.00	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	0
1.1.3.8.1.00	- Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	1.777.529,36
1.1.5.0.0.00	Estoques	0
1.1.5.4.1.00	- Matérias Primas	45.296,00
1.1.5.6.1.00	- Almoxarifado - Consolidação	1.563,27
1.1.5.8.1.00	- Outros Estoques	498.194,60
1.1.9.0.0.00	VPD Pagas Antecipadamente	0
1.1.9.1.1.00	- Prêmios de Seguros a Apropriar	10.248,97
1.1.9.3.1.00	- Assinaturas e Anuidades a Apropriar	4.894,49
	SOMA DO ATIVO PERMANENTE	2.337.848,89
	TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	4.371.993,69

#### a.1. Créditos à Curto Prazo

Compreende os valores a receber oriundo das receitas tributárias lançadas no exercício de 2024 sob o enfoque patrimonial e não arrecadadas até 31 de dezembro e transferidos para a conta contábil de Dívida Ativa.

#### a.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os créditos a receber oriundos de receitas a arrecadar no exercício seguinte e registradas sobre o enfoque patrimonial.

#### a.3. Estoques

Compreende os valores registrados a título de matérias-primas e material de consumo tais como: hidrômetros, tubos e conexões em geral.

# a.4. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreendem os valores registrados como prêmios de seguro, assinaturas de revistas e jornais pagas antecipadamente a apropriar. Essa apropriação deverá ocorrer no exercício de 2025.

#### 2.3.2. Ativo Não Circulante

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis do balanço.

Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



#### a) Ativo Realizável a Longo Prazo

Neste grupo de conta se registra os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo. Destacam-se aqui os créditos da fazenda pública inscrito em dívida ativa, resultante das receitas lançadas ao longo dos anos e não pagas pelos contribuintes, segregada por créditos tributários e não tributários.

Para que os créditos considerados de difícil cobrança supervalorizem o resultado patrimonial, a Portaria STN nº 564/2004 – Manual da Dívida Ativa orienta e apresenta metodologia de cálculo da provisão para perdas para registro contábil em conta redutora.

Conta	Componente	Valor
1.2.1.1.1.00	Créditos a Longo Prazo	
1.2.1.1.1.04	- Dívida Ativa Tributária	0,00
1.2.1.1.1.05	- Dívida Ativa não Tributária	90.856,90
1.2.1.1.1.99	- (-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa	-1.799,36
1.2.1.2.1.00	Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00
1.2.1.2.1.05	- Crédito por Danos ao Patrimônio	0,00
	SOMA	89.057,54

#### b) Imobilizado

O patrimônio imobilizado é constituído pelos Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens Imóveis em Andamento e apresenta um saldo de R\$ 2.507.486,27.

Os **Bens Móveis** deverão ser objeto de inventário, reavaliados pelo valor justo, definição da vida útil e do valor residual para execução do processo de registro contábil da depreciação, trabalho este desenvolvido pela comissão de patrimônio que foi constituída.

**Valor Justo** - É o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Vida Útil – É o período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo, ou número de unidade de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

**Depreciação -** É a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

**Valor Residual -** O valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, caso o ativo já tivesse a idade, a condição esperada e o tempo de uso esperados



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



para o fim de sua vida útil. O cálculo do valor residual é feito por estimativa, sendo seu valor determinado antes do início da depreciação. Assim, o valor residual seria o valor de mercado depois de efetuada toda a depreciação. O valor residual é determinado para que a depreciação não seja incidente em cem por cento do valor do bem, e desta forma não sejam registradas variações patrimoniais diminutivas além das realmente incorridas.

De acordo com os registros contábeis e o sistema de controle do patrimônio, **os bens móveis** da Unidade Gestora SAMAE estão assim distribuídos:

Conta	Descrição	Valor
1.2.3.1.1.00	Bens Móveis	
1.2.3.1.1.01	- Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	769.455,93
1.2.3.1.1.02	- Bens de Informáticas	118.956,82
1.2.3.1.1.03	- Móveis e Utensílios	74.281,60
1.2.3.1.1.04	- Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	2.985,02
1.2.3.1.1.05	- Veículos	498.386,84
1.2.3.8.1.01	(-) Depreciação Acumulada – Bens Móveis	0
	SOMA	1.464.066,21

Não foi identificado divergência de valores entre os registros contábeis e o sistema de controle patrimonial, conforme conferência e ajustes realizados em 31/12/2024.

Os **Bens Imóveis** deverão ser objeto de inventário, reavaliados pelo valor justo, definição da vida útil e do valor residual para execução do processo de registro contábil da depreciação nos casos em que couber, trabalho este desenvolvido pela comissão de patrimônio que foi constituída.

De acordo com os registros contábeis e o sistema de controle do patrimônio, os bens imóveis da Unidade Gestora SAMAE estão assim distribuídos:

Conta	Descrição	Valor
	Bens Imóveis	
1.2.3.2.1.01	- Bens de Uso Especial	76.048,70
1.2.3.2.1.04	- Bens Dominicais	6.200,00
1.2.3.2.1.05	- Bens de Uso comum do Povo	149.585,55
1.2.3.2.1.06	- Bens Imóveis em Andamento	808.085,81
1.2.3.2.1.07	- Instalações	3.500,00
1.2.3.8.1.02	- (-) Depreciação Acumulada – Bens Imóveis	0
	SOMA	1.043.420,06
	TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.507.486,27

Os **Bens de Uso Especial** compreendem os bens, tais como Edifícios ou Terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração Municipal, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, reservatórios, dentre outros.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



Os **Bens de Uso Comum do Povo** podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público, tais como ruas, praças, pontes, viadutos, dentre outros.

Os **Bens Imóveis em Andamento** compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos etc), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros.

#### 2.3.3. Passivo Circulante

O passivo circulante corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

#### 2.3.3.1. Passivo Financeiro

O Balanço Patrimonial registra nesse grupo obrigações financeiras de curto prazo no valor de R\$ 188.375,35, assim distribuído:

Máscara	Conta	Saldo
2.1.1.0.0	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	
2.1.1.1.1	- Pessoal a Pagar	0
2.1.1.4.2	- Encargos Sociais a Pagar ao Regime Próprio de Prev.	0
2.1.3.0.0	Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	0
2.1.3.1.1	- Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	0
2.1.4.0.0	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0
2.1.4.2.4	- Obrigações Fiscais a Curto Prazo com o Estado	0
2.1.8.0.0	Demais Obrigações a Curto Prazo	0
2.1.8.8.1	- Valores Restituíveis a quem de Direito	176,36
2.1.8.8.1	- Valores Restituíveis a quem de Direito (Saldo D)	0
6.2.2.0.0	Execução da Despesa	0
6.2.2.1.3	- Despesa Empenhada a Liquidar	0
6.3.1.0.0	Execução de Restos a Pagar não Processados	0
6.3.1.1.0	- Restos a Pagar não Processados	186.537,76
6.3.1.2.0	- Restos a Pagar não Processados em Liquidação	1.661,23
	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	188.375,35

#### a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar.

Compreende as obrigações com pessoal inscritos em restos a pagar processados não pagos no exercício de 2024.

#### b) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



Compreende as obrigações com fornecedores originários de despesas empenhadas, liquidadas e não pagas em 2024.

#### c) Demais Obrigações de Curto Prazo

Compreende as obrigações oriundas de descontos efetuados nos pagamentos realizadas e devidos a quem de direito.

#### d) Crédito Empenhado a Liquidar

Compreende as obrigações com despesas empenhadas em exercícios anteriores e em 2024, pendentes de liquidação e que passarão para o exercício de 2025 como restos a pagar não processados e/ou em liquidação.

#### 2.3.3.2. Passivo Permanente

O Balanço Patrimonial registra nesse grupo obrigações de curto prazo com atributo permanente, no valor de R\$ 89.248,67, assim distribuído:

Máscara	Conta	Saldo
2.1.1.0.0	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a CP	
2.1.1.1.1	Pessoal a Pagar	89.248,67
	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	0,00

# a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende obrigações de curto prazo com os servidores municipais relacionadas à provisão para férias, salários, remunerações e benefícios de exercícios anteriores. As provisões para férias deverão em 2025 ser objeto de apuração do real passivo e configuração do sistema folha/contabilidade para apropriação e baixa mensal, conforme forem gozadas.

#### 2.3.4. Passivo não Circulante

O Balanço Patrimonial não registra nesse grupo obrigações de longo prazo, ou seja, com previsão de exigência a partir dos doze meses seguintes à data das demonstrações contábeis.

Máscara	Conta	Saldo
2.2.2.0.0	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00
2.2.2.1.4	Empréstimos a Longo Prazo – Cohab	0,00
2.2.3.0.0	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00
2.2.3.1.1	Precatórios - Fornecedores	0,00
	TOTAL	0,00



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



#### 2.3.5. Patrimônio Líquido

Também chamado de Saldo Patrimonial, representa o valor residual dos ativos da Unidade Gestora SAMAE depois de deduzidos todos os seus passivos e estão assim representados no próprio balanço patrimonial:

Máscara	Conta	Saldo
2.3.1.1.1.00	Patrimônio Social - Consolidação	1.656.527,87
2.3.7.1.1.01	Resultado Patrimonial do Exercício de 2024 (*)	582.618,50
2.3.7.1.1.02	Resultado Patrimonial de Exercícios Anteriores	4.638.320,10
	TOTAL	6.877.466,47

<sup>(\*)</sup> Conforme apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais do Exercício de 2023.

#### 2.3.6. QUOCIENTES SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL

#### 1) Quociente do Resultado Financeiro

<u>Ativo Financeiro</u> = <u>2.034.267,00</u> 10,7990 Passivo Financeiro = 188.375,35

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Ativo Financeiro	2.034.267,00	1.079,90
Passivo Financeiro	188.375,35	100,00
Superávit Financeiro	1.845.891,65	979,90

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de dívida de curto prazo a Unidade Gestora SAMAE tem em caixa 10,7990 evidenciando um superávit de 9,7990.

#### 2) Quociente da Situação Permanente:

<u>Ativo Permanente</u> = <u>4.934.270,50</u> 55,2871 Passivo Permanente 89.248,67

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Ativo Permanente	4.934.270,50	5.528,71
Passivo Permanente	89.248,67	100,00
Superávit	4.845.021,83	5.428,71

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



Passivo Permanente a Unidade Gestora SAMAE tem um Ativo Permanente de 55,2871 evidenciando um superávit de 54,2871.

#### 3) Quociente do Resultado Patrimonial:

Soma do Ativo =

6.968.537,50

25,1020

Soma do Passivo =

277.608,79

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Soma do Ativo	6.968.537,50	2.510,20
Soma do Passivo	277.608,79	100,00
Superávit	6.690.928,71	2.410,20

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de Passivo, existem 25,1020 de Ativo, evidenciando um Superávit de resultado patrimonial de 24,1020.

### 4) Avaliação da Evolução do Ativo Real Líquido

O Ativo Real Líquido constante do Balanço Patrimonial do exercício de 2024 deve ser igual ao Ativo Real Líquido constante do Balanço Patrimonial do exercício de 2023, mais o Resultado Patrimonial do exercício de 2024, constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

Componentes	Valor
(+) Ativo Real Líquido do exercício de 2023	6.294.847,97
(+) Resultado Patrimonial do exercício de 2024	582.618,50
(=) Ativo Real Líquido do exercício de 2024	6.877.466,47

#### 5) Avaliação da Variação do Resultado Financeiro

A variação do resultado financeiro do exercício de 2024 em relação ao exercício de 2023, menos (-) o cancelamento de restos a pagar, mais transferências financeiras recebidas, deve ser igual (=) ao resultado orçamentário do exercício de 2024, conforme abaixo:

(+) Resultado Financeiro de 2024	1.845.891,65
(-) Resultado Financeiro de 2023	1.084.629,34
(=) Variação do Resultado Financeiro de 2024 em Relação a 2023	761.262,31
(-) Cancelamento de Restos a Pagar	5.483,70
(=) Resultado Orçamentário	755.778,61
(=) Resultado Orçamentário Apurado no BO	528.554,73
(+) Transferências Financeiras Recebidas	0,00
(=) Resultado Orçamentário Efetivo	528.554,73



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



(=) Diferença	227.223,88

Nota: Essa inconsistência é resultante da mudança de um sistema da Betha para outro, em que ocorreu vários problemas em 2020 com repercussão até 2024.

#### 6) Avaliação do Resultado Financeiro do Exercício

De acordo com o disposto no artigo 48, alínea "b" da Lei (federal) n° 4320/64, c/c o artigo 1°, §1°, 8° e 50, inciso I da Lei Complementar n° 101/2000, a Unidade Gestora SAMAE deve obediência ao princípio do equilíbrio de caixa em todas as fontes de recursos.

Desse modo, analisando o resultado financeiro em cada uma das fontes de recursos controladas contabilmente no Grupo 8 "Controles", conforme orientações constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a Unidade Gestora SAMAE encerrou o exercício de 2024 com equilíbrio de caixa em todas as fontes de recursos, conforme Balancete de Verificação do Grupo 8, exceção feita às seguintes fontes de recursos:

Código da F.R.	Denominação da Fonte de Recursos	Valor da Insuficiência	OBS.
	Nada a relacionar		

# 2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

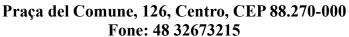
A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio da Unidade Gestora SAMAE, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

O quadro abaixo mostra de forma resumida as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA e a representação de cada conta em relação ao total:

Máscara	Descrição das Contas de VPA	Valor	%
4.1.1	Receitas de Impostos		
4.1.2	Receitas de Taxas	23.321,58	0,67
4.2.3	Receitas de Contribuição de Iluminação Pública	0	0
4.2.2	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0	0
4.3.3	Receitas de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.155.420,14	90,58
4.4.2	Receitas com Juros e Encargos de Mora	23.706,25	0,68
4.4.5	Receita com a Remuneração de Depósitos Bancários	191.772,66	5,51
4.5.1	Receitas de Transferências Intragovernamentais	0	0
4.5.2	Receitas de Transferências Intergovernamentais	0	0
4.5.3	Receitas de Transferências das Instituições Privadas	0	0



# CNPJ 82.925.025/0001-60





4.5.8	Receitas de Transferências de Pessoas Físicas	0	0
4.6.1	Reavaliação de Ativos	0	0
4.6.3	Ganhos com Incorporação de Ativos	0	0
4.6.4	Ganhos com Desincorporação de Passivos	0	0
4.6.5	Reversão de Redução a Valor Recuperável	0	0
4.9.1	Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0	0
4.9.7	Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0	0
4.9.9	Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	89.057,54	2,56
	SOMA DAS VPA (1)	3.483.278,17	100,00

O quadro abaixo mostra de forma resumida as Variações Patrimoniais Diminutivas e a representação de cada conta em relação ao total:

Máscara	Descrição das Contas de VPD	Valor	%
3.1.1	Remuneração de Pessoal	1.238.731,77	42,71
3.1.2	Encargos Patronais	223.150,99	7,69
3.1.9	Outras VPD – Pessoal e Encargos	0	0
3.2.1	Aposentadorias e Reformas	0	0
3.2.2	Pensões	0	0
3.2.9	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0	0
3.3.1	Uso de Material de Consumo	522.321,13	18,01
3.3.2	Serviços	846.672,97	29,19
3.4.1	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0	0
3.4.2	Juros e Encargos de Mora	0	0
3.5.1	Transferências Intragovernamentais	0	0
3.5.2	Transferências Intergovernamentais	0	0
3.5.3	Transferências a Instituições Privadas	36.155,44	1,25
3.6.1	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste	1.799,36	0,06
3.6.4	Incorporação de Passivos	0	0
3.6.5	Desincorporação de Ativos	30.368,35	1,05
3.7.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.459,66	0,04
3.7.2	Contribuições	0	0
3.9.1	Premiações	0	0
3.9.9	Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0	0
	SOMA DAS VPD (2)	2.900.659,67	100,00
	RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (3=1-2)	582.618,50	

Demonstração da evolução do Resultado Patrimonial do Exercício

Componente	2023	2024	%
			Variação
Resultado Patrimonial do Exercício	1.049.558,99	582.618,50	-44,49

São estas as notas explicativas ao Balanço da Unidade Gestora SAMAE do exercício de 2024 do Município de Nova Trento que julgamos relevantes para uma maior compreensão dos usuários da contabilidade, divulgação dos acontecimentos e melhor entendimento da organização.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



Nova Trento, 24 de fevereiro de 2025.

Maximiliano de Oliveira PREFEITO MUNICIPAL Carlos Henrique Piazza CONTADOR

Cleiton Zemke Diretor do Samae Nova Trento-SC